



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**MARIA DOS REIS RODRIGUES DOS SANTOS SANTANA**

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR NAS ESCOLAS  
DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**MARIA DOS REIS RODRIGUES DOS SANTOS SANTANA**

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR NAS ESCOLAS  
DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE**

Projeto de pesquisa apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades, sediado no Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Schleder Almeida.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2022**

**MARIA DOS REIS RODRIGUES DOS SANTOS SANTANA**

**EDUCAÇÃO ALIMENTAR NAS ESCOLAS  
DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE SÃO FRANCISCO DO CONDE**

Projeto de pesquisa apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 26/07/2022.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Luciana Schleder Almeida (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristina Teodoro**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivette Tatiana Castilla Carrascal**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVO GERAL</b>	<b>6</b>
<b>2.1</b>	<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</b>	<b>6</b>
<b>3</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>6</b>
<b>4</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>7</b>
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>10</b>
<b>6</b>	<b>CRONOGRAMA DE UM ANO 2023 E 2024</b>	<b>11</b>
	<b>Referências</b>	<b>12</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A educação alimentar e nutricional (EAN), no contexto do Direito Humano à Alimentação Adequada, da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e da Promoção da Saúde, é um campo de conhecimento e prática contínua e permanente que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da educação alimentar e nutricional poderá trazer muitos benefícios para a saúde como o controle de doenças crônicas, além de evitar o desenvolvimento de doenças não transmissíveis, a obesidade, a pressão alta e até mesmo deficiência nutricional (BRASIL 2022).

A escola também pode ser um espaço em que exista um olhar especial com a vida e a saúde dos seus alunos. É dentro da escola que muitos alunos adquirem conhecimentos que serão carregados por toda vida. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto à comunidade escolar, considerando todas as fases da vida, etapas do sistema alimentar e os significados que compõem o comportamento alimentar (BRASIL, 2022).

A presença de mulheres é muito forte nestes ambientes escolares. São elas que têm ocupado espaço na direção das escolas, nas salas de aula, na cozinha e na limpeza. A educadora, por sua vez, tem tido um papel significativo na vida dos alunos, porque eles passam boa parte do seu tempo em sua companhia (MAGALHÃES; PORTE, 2018). A escola deve ser excepcional na vida das crianças, porque o conhecimento adquirido ali pode contribuir para toda vida. Quando são desenvolvidos hábitos alimentares saudáveis desde cedo em uma criança, ela os leva consigo até a fase adulta (VIGOTSKY, 2008).

No Brasil, temos as políticas públicas voltadas para alimentação escolar que estão incluídas no Plano Nacional da Alimentação Escolar, o PNAE, criado no ano de 1940, pelo Instituto Nacional de Nutrição, que defendeu a proposta de ofertar alimentação nas escolas. Na década de 50, foi elaborado o Plano de Alimentação e Nutrição que instituiu a campanha de merenda escolar. O plano passou por várias reformulações. Em 1979, recebeu apoio do Programa das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e passou a ser denominado Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Seguindo essa ideia, é importante que as escolas do município de São Francisco do Conde vivessem as ações de educação alimentar e nutricional. O município está localizado na região metropolitana de Salvador com população estimada em 40.664 habitantes (IBGE, 2022). No total, a cidade tem 39 escolas de educação infantil, sendo elas divididas entre o centro (10 unidades) e distritos com (29 unidades). A alimentação nas escolas, portanto, não deve ser

oferecida por qualquer fornecedor ou de qualquer jeito. Há todo um aparato que assegura o direito dos alunos (BRASIL, 2014).

## **2 OBJETIVO GERAL**

Ampliar o debate sobre a educação alimentar e nutricional nas esferas acadêmica e social, a fim de propor melhorias e políticas públicas voltadas para as escolas públicas.

### **2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Avaliar se, no cotidiano da escola, a educação alimentar e nutricional consiste numa prática que faz uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo com a comunidade escolar;
- Sugerir atividades que favoreçam a promoção da educação alimentar e nutricional na escola.

## **3 JUSTIFICATIVA**

A falta de oportunidades de uma alimentação apropriada ou a insegurança familiar, principalmente em função da renda, tem sido um problema persistente na sociedade brasileira. Está dividida em três classificações: leve, moderada e grave. Leve é quando não se tem certeza sobre a aquisição dos alimentos no futuro e sobre sua qualidade. Moderada é quando não tem comida suficiente dentro de casa. Grave é quando há uma quantidade bem pequena de alimentos entre as crianças e a fome entre os adultos ou famílias (BEZERRA et al.,2019).

Com a pandemia da covid-19, a insegurança alimentar tem ganhado um grande destaque na vida das pessoas. O desemprego aumentou em 13,5 milhões, comparado com o ano de 2018 que foi de 13,1 milhões segundo IBGE (2021). Com isso, falta alimento na mesa das pessoas. A pesquisa “inquérito nacional” aponta que são 116,8 milhões de pessoas em algum nível de insegurança alimentar no Brasil (BRASIL, 2021). Com esse aumento, não se tem a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável.

Os programas governamentais de assistência social contribuem para proporcionar o sustento na mesa das famílias de baixa renda. O programa Auxílio Brasil tem beneficiado

aproximadamente 14,287 milhões de famílias em todo o território nacional. Em São Francisco do Conde, também existem programas no âmbito municipal como o PAS (Programa de Acolhimento Social) que beneficia aproximadamente 6 mil famílias com R\$ 415,00. É com o valor recebido que as mulheres têm resolvido um pouco das demandas da casa. É relevante ter um olhar especial, porque é na escola que as crianças farão sua única refeição equilibrada, sendo que a lei no PNAE que garante às crianças esse direito PNAE 11.947 (2009).

Apesar da legislação ser favorável às ações de educação alimentar e nutricional, ainda tem algumas escolas no Brasil que são atendidas pelo PNAE (SILVA et al., 2016).

#### **4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Os estudos sobre o tema que são referências para a análise destacam que a promoção da educação alimentar demanda uma ação conjunta de todos os atores envolvidos (professoras, nutricionistas, gestores públicos) e indicam que a infância é um momento favorável para a mudança de hábitos alimentares.

O estudo de Zompero, Figueiredo e Gorbin (2016) apresenta uma vasta compreensão quanto à importância da educação alimentar na vida dos alunos, especialmente na mudança de hábitos. O trabalho teve como objetivo o estudo da aprendizagem conceitual no ensino de ciência envolvendo a educação alimentar e nutricional. Foram desenvolvidas atividades investigativas referentes à alimentação dos alunos do 9º ano do ensino fundamental em uma escola de Londrina com a participação de 13 alunos. Foi apresentado para os alunos as três atividades referentes à identificação de nutrientes, obesidade e as doenças desenvolvidas pela obesidade. É uma pesquisa com abordagem qualitativa do tipo descritiva e interpretativa. O resultado final foi demonstrado problema nutricional do povo brasileiro também aponta dificuldade com relação à compreensão conceitual e procedimental sobre alimentos e nutrientes dos alunos na educação básica.

Piasetzki e Boff (2018) apontam que a mudança de hábitos alimentares deve acontecer na infância, momento propício a novas experiências que podem provocar mudanças de hábito que impactam na fase adulta. O trabalho teve como objetivo identificar e analisar como tem sido investigado o tema educação alimentar e nutricional e a formação de hábitos alimentares na infância. O método aplicado foi a revisão bibliográfica e a pesquisa qualitativa. Portanto, é necessário que todos que estão envolvidos no ambiente escolar estejam unidos no mesmo propósito.

O documento elaborado pela extinta<sup>1</sup> Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional intitulado Princípios e Práticas para a Educação Alimentar e Nutricional (2018) consiste num marco de referência rico em conhecimento que não fala só da teoria, mas também da vivência com receitas que contribuem para promover educação alimentar e nutricional. Foi produzido em 2012 em uma parceria entre Conselho Federal de Nutricionistas, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). O objetivo é trazer contribuição central à percepção dos diversos caminhos e possibilidades concretas para um planejamento e execução de ações de educação alimentar. O público-alvo foram os gestores de políticas públicas e profissionais de educação alimentar em diversas áreas: unidades de ensino em geral, áreas hospitalares, etc. Uma das recomendações é que técnicos ou responsáveis pela educação alimentar se reúnam com toda a equipe, inclusive com os gestores públicos do município, e organizem todos os projetos e ações para educação alimentar nutricional de acordo com a realidade e necessidade do município.

O documento elaborado ainda sugere ações para a promoção de alimentação saudável como um projeto de extensão que foi desenvolvido pela iniciativa coletiva tendo parceria com a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Educação do município de Salvador. O projeto conseguiu o espaço de um antigo anfiteatro abandonado e logo foi transformado em uma biblioteca e ao redor uma horta comunitária, chamada “horta mãe”, com o objetivo de construir identidade, alimentar perspectiva de renda e vínculo com as raízes históricas da comunidade e de toda cidade.

O estudo de Silva, Monego, Souza e Almeida (2018) contribuiu para entender a importância que uma nutricionista tem no desenvolvimento das ações de educação alimentar e nutricional nas escolas. O esforço deve ser de todos que estão enviando na área educacional. Este trabalho tem como objetivo identificar as ações de educação alimentar e nutricional no âmbito PNAE e sua relação com o perfil do nutricionista. A pesquisa incluiu todos os municípios de Goiás no ano de 2012 no período de abril a agosto do mês ano. Foram feitos questionários que foram aplicados por telefone aos nutricionistas ou gestores do PNAE 214 municípios de Goiás. A maioria dos entrevistados confirmou a atuação e a prática da educação alimentar e nutricional nas escolas, mesmo esta ação fazendo parte do PPP das escolas nem todos sabiam em qual disciplina desenvolvem esta atividade.

---

<sup>1</sup> Em 2019, o Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional) foi extinto pelo presidente Jair Bolsonaro. Mesmo com algumas propostas de ajuste e mobilização, foi vetada a recriação do Consea. A razão alegada foi a falta de um fundo financeiro.



O estudo de Magalhães e Porte (2018) indica que o ambiente escolar é um lugar propício para estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis e que os professores têm um papel fundamental. Este trabalho tem o objetivo de conhecer a percepção sobre a educação alimentar e nutricional dos professores da educação infantil e do município de Água Boa, Minas Gerais. Esta pesquisa foi feita com uma abordagem qualitativa. O resultado final apontou que o conhecimento dos professores está embasado na dimensão biológica da alimentação e deixando claro a reprodução de um discurso preocupado com corpo físico e orgânico. Os professores não apresentam preocupação com as dimensões culturais, sociais e psicológicas. Sendo que os educadores poderiam ter um olhar especial para essa questão, porque alimentação também é cultural e fundamental para o desenvolvimento das crianças. Ressaltando, que em sua maioria os profissionais citados são femininas, são elas, as professoras e nutricionistas, que têm desempenhado essas funções.

O estudo de Davanço, Taddei e Gaglianone (2004) fala da importância que os professores tivessem uma capacitação nesta área para que tenham um bom desempenho para promoção da saúde e da nutrição.

As crianças não vêm ao mundo com a sua própria cultura. O conhecimento e paladar são adquiridos onde se vive. A infância é, portanto, uma fase propícia para a mudança de hábito e nesse período que as crianças estão mais receptiva para adquirir novos conhecimentos (PIASETZKI; BOFF, 2018). O espaço escolar deve ser o ponto de partida para levar as crianças ao novo conhecimento e deve levar em conta a percepção prévia sobre o mundo natural e social e sobre uma boa saúde (ZOMPERO; FIGUEIREDO; GARBIM, 2016).

Na prática da EAN, é necessário saber a procedência dos alimentos, é aí que entra agricultura familiar com todo aparato e cuidado. A agricultura familiar tem tido um cuidado relevante com os alimentos que vão estar nas nossas mesas e nos pratos dos nossos alunos (BRASIL, 2016). Os alimentos tendem a ser produzidos com todos os cuidados, onde são preservadas as tradições alimentares locais e os produtos são com baixo impacto ambiental. A pequena agricultura favorece a produção agroecológica em que alimentos são produzidos com o uso de um conjunto de técnicas que visam a sustentabilidade econômica e ecológica preservando o meio ambiente e valorizando os produtores rurais (BRASIL, 2012).

Agrotóxicos são os produtos de processos físicos que seja químico ou biológico que está destinado ao uso de áreas que é utilizado como armazenamento de produtos agrícolas com objetivo de alterar a composição da fauna e com a finalidade de preservar as ações danosas de seres vivos considerados nocivos. Quando os alimentos são produzidos com o uso de agrotóxicos, ou seja, “veneno”, consumidores acabam ingerindo esses produtos e os danos

causados não são somente na saúde das pessoas, mas também no meio ambiente. Numerosos estudos comprovam os graves e diversificados danos à saúde provocados por esses biocidas (ABRASCO, 2012).

Por mais que os alimentos sejam fornecidos com segurança, isso não dispensa a importância de uma nutricionista porque é ela que irá desenvolver o cardápio adequado para cada escola e irá fazer um mapeamento dos produtos da agricultura familiar disponíveis no município, de forma a oferecer para os alunos alimentos nutritivos e saudáveis (BRASIL, 2012).

## 5 METODOLOGIA

O método utilizado para desenvolver este trabalho será um estudo de caso em que possa ser observado o cotidiano da escola de modo a reconstituir a realidade de forma completa e profunda da educação alimentar e nutricional na escola. (TOLEDO; GONZAGA, 2011). O pesquisador poderá buscar novas respostas e novas indagações no curso do processo de observação. Serão visitadas duas escolas de educação infantil com dois segmentos creche de (0- 3) e a pré -escola de (04 a 05)anos de idade. Segunda lei de diretrizes e base da educação nacional, a educação infantil é a primeira fase da educação básica sendo que a sua finalidade é contribuindo o desenvolvimento integral da criança que vai até os 5 anos de idade em seus aspectos físicos psicológicos intelectual e social completando a ação da família e da comunidade ( BRASIL,2017).

Essas visitas serão para observar o cotidiano da escola, em relação a estrutura da cozinha, ver como são manipulados os alimentos e o processo das crianças com alimentação.

Será desenvolvido em quatro etapas num período de três meses. Na primeira etapa, será observada a estrutura da cozinha e a manipulação dos alimentos em processo de preparo da merenda escolar. Portanto, será escolhida uma escola que não receba refeições prontas de empresas terceirizadas. Nas etapas seguintes, haverá observação em sala de aula para captar a reação das crianças no recebimento de cada lanche, assim como observar se a professora propõe atividades que abordem a educação alimentar e nutricional. Cada visita terá duração de 4 horas semanais. A seguir, os dados coletados serão analisados num prazo de dois meses.

Logo em seguida dará início a preparação para entrevista de três professoras que consiste num instrumento para coleta de dados que proporciona uma maior flexibilidade e interação social (MICHELAT, 1982).



## Referências

BEZERRA, Mariana Silva et al. Insegurança alimentar e nutricional no Brasil e sua correlação com indicadores de vulnerabilidade. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2020, v. 25, n. 10 [Acessado 11 Maio 2022] , pp. 3833-3846. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320202510.35882018>>. Epub 28 Set 2020. ISSN 16784561.

BRASIL, Diário do Congresso Nacional, editado pelo Senado Federal, Brasília-DF, 2017. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf). Acesso em: Agosto/2022. E na citação coloquei o seguinte: (BRASIL, 2017)

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. Produção e Industrialização de alimentos. Carla Maria Cartocci; Sabrina Burjack Neuberger. Brasília. universidade de Brasília. 2008.

BRASIL. Ministério da educação. Manual de instruções operacionais para nutricionista da educação :O Papel do nutricionista no programa nacional de alimentação escolar (PNAE). 2º ed. Brasília. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação Básica. Módulo 10:alimentação e nutrição no Brasil. Coordenação:Maria de Lourdes, Carlos Rodrigues et al. Brasília: Universidade de Brasília,2007.

BRASIL. Ministério da saúde. Departamento de atenção básica: política nacional de alimentação brasileira, promovendo alimentação saudável. universidade de Brasília. 2012

BRASIL.Secretaria Nacional de segurança alimentar e nutricional(SESAN). Princípios e práticas para a Educação alimentar e nutricional. Brasília. 2018.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Guia alimentar para a população brasileira. Brasília. 2014. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/imagens/pdf2014/novembro/05/guia-alimentar-para-a-popbrasileira>. acesso em: 07 de setembro 2021

BRASIL. Lei n. 11.947, de 16/06/2009. Disponível em: [www.fnde.gov.br/legislação](http://www.fnde.gov.br/legislação). acesso em: 10 de novembro 2021.

BRASIL. Fundo nacional de desenvolvimento da educação, (FNDE). Aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. versão atualizada com a resolução CD/FNDE N° 04/2015. 2º ed. Brasília. 2016

BRASIL. Ministério da cidadania, educação alimentar e nutricional.gov.br <http://www.gov.br/cidadania/pt-br/caisan-educacao-alimentar-e-nutricional>. 2022

COMBESSIE, J. C. “O questionário”. In: O método em Sociologia. São Paulo, Edições Loyola, 2004.

DOSSIÊ ABRASCO. Agrotóxicos, segurança alimentar e nutricional e saúde. Associação brasileira de saúde coletiva 2012

DAVANÇO, G. M; TADDEI, J. A. A. C; GAGLIANONE, C. P. Conhecimentos, atitudes e práticas de professores de ciclo básico, expostos e não expostos a curso de educação nutricional. Revista de Nutrição, Campinas, V.17, n 2, p .177-184- 2004.  
DOI:<https://doi.org/10.1590/S141-5273004000200004>.

Estados e Cidades. Matrículas na Educação Básica em São Francisco do Conde.2022. disponível em: [https://www.estados.ecidades.com.br/ba/sao-francisco-do-conde/ba\\_escolas.html](https://www.estados.ecidades.com.br/ba/sao-francisco-do-conde/ba_escolas.html) acesso em: 12 de maio de 2022

GUY, Michelot et al. Crítica metodologia investigação social e enquete operária. 3º ed. Editora polis. Universidade de Brasília. 1982

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Desemprego. Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> acesso em: 30/05/2022

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades. Brasil. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/sao-francisco-do-conde/panorama>. Acesso em 12/08/22.

MAGALHÃES, Heloísa Helena Silva Rocha; PORTE, Luciana Helena Maia. Percepção de educadores infantis sobre educação alimentar e nutricional, Ciênc. Educ, Bauru, 2019.

MARINS, Bianca Ramos et al. A propaganda de alimentos: orientação, ou apenas estímulo ao consumo?. Ciência & Saúde Coletiva [online]. 2011, v. 16, n. 9 [Acessado 11 Maio 2022] , pp. 3873-3882. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001000023>>. Epub 15 Maio 2012. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001000023>

MORAES, Verena Duarte de et al. O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: dinâmica de atuação e agenda (2006-2016). Ciência & Saúde Coletiva [online]. v. 26, n. 12 [Acessado 11 Maio 2022] , pp. 6175-6187. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.33262020>>. ISSN 1678-4561. <https://doi.org/10.1590/1413-812320212612.33262020>.

MENASCHE, Renata. O ato de comer enquanto prática política. Universidade Federal de Pelotas. 2016

PIASETZKI, C. T. da R.; BOFF, E. T. de O. Educação Alimentar e nutricional e a formação de hábitos alimentares na infância. Revista Contexto & Educação, [S. l.], v. 33, n. 106, p. 318–338, 2018. DOI: 10.21527/2179-1309.2018.106.318-338. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/7934>. Acesso em: 10 maio. 2022.

SILVA, Simoni Urbano da et al. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Ciência & Saúde

Coletiva [online]. 2018, v. 23, n. 8 [Acessado 10 Maio 2022] , pp. 2671-2681. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232018238.19642016>>. ISSN 1678-4561.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut; GONZAGA, Maria Teresa Claro. Metodologia e técnica de pesquisa nas áreas de ciência humanas. Editora da Universidade Estadual de Maringá. Paraná - Brasil, 2011.

VIGOTSKY, L. S. 1896-1934. Pensamento e linguagem. Tradução Jefferson Luiz Camargo. Revisão técnica, José Cipolla Neto. 4. ed . São Paulo: Martins Fontes, 2008.

VIGSAN. Inquérito Nacional sobre a insegurança alimentar no contexto da pandemia da covid-2019 no Brasil.2021 disponível:<http://olheparaafome.com.br>  
Acesso em:09 de nov.2021

ZOMPERO, Andreia de Freitas et al. Atividades de investigação e a transferência de significados sobre o tema educação alimentar no ensino fundamental. Ciência & Educação (Bauru) [online]. 2017, v. 23, n. 3 [Acessado 10 Maio 2022] , pp. 659-676. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1516-731320170030008>>. ISSN 1980-850X.